

O Orçamento de Estado e os Ferroviários

Assumindo o objectivo de prosseguir a recuperação e conquista de direitos, o PCP aponta aos ferroviários quatro objectivos de luta para o próximo Orçamento de Estado: aumentar os rendimentos dos trabalhadores e reformados; reduzir a carga fiscal sobre os trabalhadores; continuar a recuperação de direitos roubados; garantir o fim das restrições ao funcionamento das empresas públicas e o regresso do investimento ao sector ferroviário.

São medidas possíveis e necessárias, que manteriam a política de recuperação de rendimentos que até tem alimentado o crescimento económico e reverteriam uma parte maior desse crescimento a favor dos trabalhadores e do povo português.

Depois de conhecida a proposta de Orçamento de Estado apresentada pelo Governo, importa verificar quais os ganhos para os trabalhadores, quais as medidas negativas e apontar as reivindicações que devem ser apresentadas e se possam transformar em novas conquistas para os ferroviários e os trabalhadores.

Recuperação de rendimentos: valorizamos que a proposta de Orçamento alargue a toda a Administração Pública a reposição das progressões na carreira (mas com os incrementos salariais que daí advenham a só serem devolvidos faseadamente nos próximos 2 anos); **mas rejeitamos frontalmente o facto do Governo pretender manter o congelamento salarial e a proibição de progressões remuneratórias**, o que implicaria que os trabalhadores da CP, da EMEF e da IP chegassem a 2019 com os salários de 2009!!!

Redução da carga fiscal sobre os trabalhadores: apesar de representar uma redução da carga fiscal para os rendimentos do trabalho mais baixos (a que o PCP não é alheio), essa redução ficará muito abaixo do possível e necessário para repor alguma justiça na distribuição da

carga fiscal entre o trabalho e o capital; também nesta matéria, o PS continua a revelar-se incapaz de afrontar os interesses do grande capital.

Recuperação de direitos: como tem vindo a defender o PCP, valorizamos que o Orçamento confirme a plena reposição da contratação colectiva para o Sector Empresarial do Estado, tal como já estava previsto no OE para 2017; mas é incompreensível que mantenha um conjunto de roubos de direitos para os trabalhadores do SEE que não estão abrangidos pela contratação colectiva.

Como é sabido a Ferrovia exige uma mão de obra altamente especializada: a proposta de Orçamento mantém uma política restritiva da entrada de trabalhadores para o SEE, que tanto tem degradado a capacidade de resposta operacional e está a empurrar o sector para o crescente e inaceitável recurso à prestação de serviços e à precariedade, quando o que se impõe é a entrada de centenas de trabalhadores efectivos.

Valorização do sector ferroviário: este Orçamento de Estado aponta para um conjunto de investimentos que têm sido sucessivamente adiados e cuja concretização é urgente, tanto na infraestrutura como no material circulante; mas falta garantir muita coisa, nomeadamente que esses investimentos não são novamente adiados, que as opções são tomadas de acordo com as prioridades nacionais e que se garante a máxima taxa de incorporação nacional; além disso, a rentabilização dos investimentos e a sua contribuição para o desenvolvimento do País implica que, no caso da ferrovia, **haja a vontade de romper com a política dos sucessivos governos PS, PSD e CDS-PP**, e avance para a reconstrução de uma única empresa pública e nacional, a CP, com o fim da fusão da REFER com a EP, com a retoma do controlo público sobre a CP Carga, a absorção da Fertagus, e a integração da EMEF nesse processo.

**OE 2018: É POSSÍVEL E NECESSÁRIO:
DESCONGELAR OS SALÁRIOS
REPÔR OS QUADROS DE PESSOAL FUNDAMENTAIS À OPERAÇÃO!**

O Orçamento de Estado e os Ferroviários (cont.)

Apesar de alguns avanços, para os quais foram determinantes a luta dos trabalhadores e a acção e intervenção do PCP, é necessário ainda tudo fazer e lutar para que esta proposta de Orçamento de Estado seja melhorada e alterada na Assembleia da República (onde vai estar em discussão até 24 de Novembro). **O PCP, como sempre, apresentará as propostas concretas de alteração que se impõe. Mas não pode haver ilusões: só a luta dos trabalhadores poderá obrigar o PS e o seu Governo a recuar e a ceder às justas aspirações dos ferroviários e do conjunto dos trabalhadores.**

O grande capital leva meses de pressão e chantagem para que se acabe com qualquer recuperação de rendimentos dos trabalhadores. Utiliza para tal as instituições que domina: a União Europeia, o BCE, o FMI, a CIP e a CAP, a Comunicação Social e os seus bem pagos comentadores. Procura recuperar plenamente a oleada troika da contra-revolução – PS/PSD/CDS – com a qual, à vez, aos pares,

em trios, foi impondo a exploração ao povo português. **Não pode haver ilusões:** os compromissos do PS com o grande capital mantém-se, e as limitações deste Orçamento de Estado são bem o espelho disso mesmo. Só a actual correlação de forças e a árdua e persistente acção e intervenção do PCP, tem permitido alguma recuperação de rendimentos ou direitos, ainda que limitada.

Para enfrentar os objectivos do grande capital os trabalhadores precisam de afirmar a sua força erguendo-se em luta. É pois à luta dos trabalhadores que o PCP apela. Desde logo, à participação de todos os ferroviários na manifestação nacional que a CGTP-IN promove em Lisboa no próximo dia 18 de Novembro, cujo objectivo é, entre outras questões igualmente essenciais como a necessidade de rever as normas gravosas do Código de Trabalho, exigir que o Orçamento de Estado para 2018 atenda às reivindicações dos trabalhadores.

O PCP INFORMA:

Desde a última edição deste Boletim, tem continuado a acção política do PCP e do seu Grupo Parlamentar em torno do sector ferroviário. Destacamos aqui um conjunto dessas acções:

- Requerimento contra o possível encerramento da **oficina de vagões da EMEF** no Entroncamento – 22/09/2017
- Projecto de Resolução «Pelo **investimento e modernização das redes** de transportes e infraestruturas» - 19/09/2017
- Declaração Política sobre a Infraestruturas de Portugal (IP) «É imperioso **reverter a fusão da REFER com a Estradas de Portugal**» - 8/08/2017
- Requerimento sobre o Encerramento das **bilheteiras da CP na Estação de Setúbal** – 28/07/2017
- Requerimento sobre os trabalhadores da **EMEF despedidos em Santa Apolónia** e os comboios aí parados por falta de trabalhadores - 14/07/2017
- Projecto de Resolução «Pela Garantia da **Ligação**

Ferrovária à Cidade de Viseu» - 12/07/2017

- Requerimento sobre a **aplicação do PREVPAP** e os trabalhadores precários despedidos em Santa Apolónia – 10/07/2017

- Projecto de Resolução sobre o «**Alargamento da rede de metro do Porto** - Porto (Campo Alegre), Matosinhos e Vila Nova de Gaia» - 22/07/2017

- Requerimento sobre a **criação do ACE na MSC/Medway** (ex-CP Carga): ilegalidades, falta de respeito pelos trabalhadores e cumprimento dos compromissos assumidos no processo de privatização – 12/07/2017

- Requerimento sobre a **manutenção do material circulante da CP, a situação e futuro da EMEF** – 8/07/2017

(Todos estes materiais podem ser consultados no site do PCP, www.pcp.pt, ou solicitados para o mail: sector.ferroviario@pcp.pt)

PROTESTE:

Indemnizações Compensatórias aprovadas a 25 Setembro 2017 pelo Governo:
CP - Suburbanos, Regional, Interregional, Longo Curso - 2,4 Milhões de Euros
Privados - Fertagus e Metro Sul do Tejo - 8,4 Milhões de Euros

FERROVIÁRIO: ESTE É O TEU PARTIDO!

ORGANIZA-TE NO PCP

sector.ferroviario@pcp.pt